

JULGAMENTOS DE CRIANÇAS SOBRE PUNIÇÕES EM DESENHOS ANIMADOS DA TV

Luana CARRAMILLO-GOING*
Denise D'Aurea TARDELLI**

RESUMO: No referido estudo trabalhamos com 97 crianças da 3ª série do Ensino Fundamental. O *objetivo* foi o de verificar como crianças de 8 a 11 anos raciocinam sobre punições em desenhos animados da TV - *Tom e Jerry*. A análise objetivou investigar se ao assistirem o desenho, as crianças aceitariam ou não, a punição expiatória física ou moral representada pelo personagem da história e qual punição seria mais justa para o erro cometido. Os julgamentos morais também foram apresentados por meio da expressão gráfica das crianças. A partir de uma classificação categorial, as respostas foram agrupadas, seguindo uma progressão de punições mais severas até sanções morais com consciência abstrata. A opção por punições coercitivas com apropriação do corpo apareceu significativamente, tanto nas respostas individuais quanto nas que foram dadas após a discussão coletiva. Nos desenhos, apesar da opção por punições coercitivas e decisões expiatórias, as crianças projetaram expressões mais suavizadas nos personagens.

PALAVRAS-CHAVE: Punição; Moral; Desenho Animado

CHILDREN JUDGEMENT ABOUT TV CARTOONS PUNISHMENTS.

ABSTRACT: In this study we worked with 97 children from 3rd grade. The objective was to verify how 8 to 11 years old children judge punishment in the TV cartoon *Tom and Jerry*. The analysis investigated if, while watching the cartoon, children would accept or not the physical or moral punishment represented by the character and which punishment would be fair regarding the wrong doing. The children also expressed through drawings their moral judgements. Following a category classification, answers were grouped according a progression: from the most severe punishment to moral sanctions with abstract awareness. The choice for coercive

punishment with body appropriation significantly appeared in individual answers as well as in answers given after group discussion. The children projected softer expressions to the characters despite choosing coercive punishment and atone decisions,

KEY-WORDS: Punishment; Moral; Values Cartoons

O tema violência atualmente é um assunto polêmico e assistimos, constantemente, a atos violentos praticados por jovens tanto nas ruas como em nosso cotidiano escolar. Frente a esse quadro, surgiu o interesse em pesquisar como crianças raciocinam sobre as punições quando há quebra de contratos estabelecidos entre pessoas e se elas optam, ou não, por punições corporais para o infrator.

O sujeito que pune está dentro de um processo social. A moral de obediência, isto é, do dever imposto de fora, tem sido aplicada por adultos em crianças, por superiores hierárquicos em subalternos, por patrões em empregados, por professores em alunos, por senhores em escravos, desde os primórdios das civilizações. Nessas relações de opressão, o que aparece quase que exclusivamente é a sanção expiatória, oposta direta da sanção por reciprocidade, segundo Piaget (1994). Nesta última, a punição tem relação direta com o delito, na primeira não. Podemos considerar, ainda em Piaget, a natureza afetiva e moral das sanções, em que é necessário instalar-se no infrator um sentimento de vergonha pelo delito, fazendo-o perceber que seu ato lhe fez perder o valor, inviabilizando a confiança mútua. La Taille (1996), explica que o sentimento de vergonha vem associado ao sentido de responsabilidade que é desenvolvido conjuntamente com a noção de punição na infância.

O que se tem observado tanto na Pedagogia Tradicional como na Moderna é que o sentido das sanções leva à educação da responsabilidade. Resta saber em que plano se coloca a marca da responsabilidade: na heteronomia ou na autonomia moral. Para Piaget (1994), na heteronomia, a regra é exterior ao indivíduo, vem imposta por posições agressivas ou coercitivas; já na autonomia a regra é interna e é o alicerce para a construção da cidadania, isto é, o próprio sujeito legitima essas regras e age dentro de uma ética social.

A criança aprende a respeitar as regras ou normas morais vivendo em sociedade, mediada, basicamente, por dois tipos de reações sociais: as coercitivas e as cooperativas. "Toda moral consiste

* FAFI – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS – 11065-902 – Santos – Estado de São Paulo – Brasil.

** FAFI – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS – 11065-902 – Santos – Estado de São Paulo – Brasil.

num sistema de regras, e a essência de toda a moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras” (PIAGET, 1994, p.11). Na moral de coação se observam três características do comportamento da criança: a) obediência rigorosa às regras; b) interpretação da regra ao pé da letra; c) a responsabilidade objetiva, isto é, não leva em conta a intencionalidade. Na fase intermediária, a criança interioriza as regras e suprime por puro dever; começa, então, a aceitar as normas por reciprocidade. Na cooperação, verifica-se que à medida que a responsabilidade objetiva decresce, a responsabilidade subjetiva, característica da autonomia, aumenta consideravelmente. Ao estudar a noção de justiça, Piaget (1996) descreveu que as crianças, ao julgarem os fatos, apresentam dois tipos de justiça: a retributiva e a distributiva. E apresentam as seguintes punições: a) sanção expiatória – de caráter arbitrário na qual o castigo deve ser doloroso; b) sanção por reciprocidade - resultado da cooperação e das regras de igualdade, na qual a criança pensa por equidade, levando em conta a intencionalidade na proporção de fazer o culpado compreender sua falta.

A criança durante uma certa fase do desenvolvimento moral apresenta um pensamento heterônomo e acredita que as punições devam ser severas para o restabelecimento da ordem, depois evolui seu pensamento para uma relação de respeito mútuo, cooperação e autonomia, julgando o outro como gostaria de ser julgado. Verificamos fato semelhante na História da Humanidade, especialmente no século XVIII, quando o sujeito julgado infame – que tivesse perdido a boa fama, tivesse sido desonroso ou que praticasse atos vis, muitas vezes de comprometimento moral - era condenado a confirmar sua declaração com o deslocamento dos ossos (Foucault 1997). Em outras palavras, nossos antepassados, para a manutenção da lei vigente e restabelecimento da ordem, utilizavam-se de métodos coercitivos legais, com direito à apropriação do corpo de quem transgredisse a lei, submetendo-o a suplícios, com total assistência de juristas, carrascos ou torturadores. Verifica-se que as transformações de justiça penal - questionamentos sobre os rituais macabros - começam a ocorrer no final do século XVIII, após severas críticas de filósofos e teóricos de direito, juristas e parlamentares. Podemos citar Beccaria (apud CARRAMILLO-GOING, 2000), que numa época em que os suplícios eram vistos como forma legal de condenações, contribuiu para mudanças na postura dos legisladores e, a partir dos séculos XIX e XX, passou-se a usar o Código Penal, fundamentado em punições menos severas e mais humanas.

Mas é o funcionamento da cooperação que levará a criança à aceitação das regras em função de um ideal e que tornará essas mesmas regras superiores ao costume e à tradição. Essas seriam as bases necessárias para a construção moral do jovem e do adulto.

Contudo, além dessas relações não serem simples e se construírem ao longo da vida, existe ainda um agravante, oriundo da crise social vista nos últimos anos. Segundo Hanna Arendt (1997), estas transformações sociais fizeram com que, aquela autoridade que dizia às crianças e jovens o que fazer e o que não fazer já não vêm mais exclusivamente do adulto, mas sim da própria criança e, interessantemente, da mídia.

O DESENHO ANIMADO – CARACTERÍSTICAS E IMPORTÂNCIA:

Nesta perspectiva, este trabalho utiliza como instrumento de investigação dos julgamentos infantis os desenhos animados, pois estão presentes nas telas de TV, são de grande aceitação do público infantil e, além do caráter lúdico, correspondem ao imaginário humano. Comumente, retratam um posicionamento a respeito do mundo, idéias valores e normas, enfim regras da vida e até crise social. O desenho animado – cartoon – faz parte, portanto, da produção cultural humana e, apesar de ser destinado à faixa etária infantil, é de autoria exclusiva dos adultos e assistido por pessoas de várias idades. Por intermédio destas histórias, as simbologias, emoções, experiências individuais e coletivas, idéias, valores e normas de um contexto cultural e social definido são transmitidos aos espectadores. Os autores apresentam de forma consciente ou não o que esperam dos relacionamentos das pessoas entre si e delas com a natureza e a cultura, enfim, de toda a sociedade. Na elaboração destes cartoons, os adultos mostram todas as contradições que vivenciamos dia a dia.

Em pesquisas recentes¹, verificou-se que o gênero desenho animado ocupa o primeiro lugar na preferência do público de ambos os sexos, independentemente do nível sócio-econômico, tanto no Brasil quanto nos EUA. As justificativas giram em torno do humor, das possibilidades ilimitadas para fugas, lutas, habilidades, além do confronto entre Bem e Mal inerente às histórias.

O ato de assistir a um programa seja ele teatral, musical, circense ou televisual requer duas atenções: a visual e a auditiva. Esses estímulos acionam um mecanismo psíquico denominado identificação projetiva.

A identificação projetiva nos permite imaginar que entramos no outro e sentimos o mesmo que ele, ao mesmo tempo nos induzindo a crer que somos esse outro que está no palco ou na tela (...) culminando com o fenômeno da catarse, que designa o processo de dar vazão às emoções contidas, correspondendo a um alívio psíquico (SOIFER, 1992, p. 13).

Com a criança, essa identificação projetiva também está relacionada à brincadeira e ao desenho. Tal atitude favorece a regressão – é um sonhar acordado – dando vazão a sentimentos mais primitivos os quais suscitam comportamento narcísicos, onipotentes e cruéis da personalidade.

A maioria dos filmes, séries e desenhos animados são de origem norte-americana, por conseguinte difundem esta cultura como padrão - a linguagem, a vestimenta, o cenário, a alimentação, os produtos, os costumes. Sobre os desenhos animados, Soifer (1992) faz a seguinte consideração:

Os desenhos animados são protagonizados por personagens que se destacam por sua infinita maldade e crueldade ou por sua onipotência, cheia de astúcia e perfídia. O irracional governa as ações; tudo é possível e lícito: mortes, ressurreições, “golpes”, desabamento, esmagamentos, explosões e torturas, o que constitui uma clara expressão do pensamento mágico, em suas variações mais aberrantes e sinistras. (p.37)

O desenho animado escolhido para a pesquisa foi *Tom e Jerry*, uma dupla de gato e rato, criada por William Hanna e Joseph Barbera, em 1937, nos Estúdios de Cinema Metro Goldwyn Mayer, nos Estados Unidos, que apresentava como idéia central a perseguição constante. O ritual criado entre os dois tornava claro para os espectadores que, embora parecesse, Tom – o gato – não tinha intenção real de comer Jerry – o rato. Nas histórias não aparecia a necessidade de comida, mas sim um compromisso entre eles relativo ao jogo da caçada. Isto deu força ao cartoon que, produzido até 1967, ainda hoje tem seus episódios transmitidos em várias emissoras.

O episódio escolhido² da série foi *Royal cat nap (Uma soneca real)*, produzido em 1958 e a narração da história é a seguinte:

Tom faz parte da guarda real de um castelo – Mosqueteiro - e tem a incumbência de garantir que nada perturbe o sono do rei, sob a ameaça de ser degolado caso não cumpra o seu dever. Jerry e seu sobrinho aparecem primeiro para comer alguns alimentos que estão sobre a mesa e, apesar de serem flagrados pelo rei, conseguem escapar antes do gato chegar. Sabendo previamente das ordens reais

dadas ao mosqueteiro Tom, tramam para acordar o rei, provocando ruídos de alta intensidade, o que inclui quebrar pratos, colocar tachinhas no chão para que o gato pise e grite de dor, espetar-lhe com uma espada o traseiro, entre outros. Para fugir de tudo e evitar o pior, Tom resolve se trancar nos aposentos reais e engolir a chave para que nada saísse ou entrasse no lugar. Neste momento, vê-se atingido por uma flecha – que é disparada por Jerry através da fechadura - e urra de dor, acordando o rei que fica furioso e pronto para guilhotiná-lo. Desta vez, os ratos interferem cantando músicas de ninar, numa tentativa de “salvar” Tom da punição. O rei adormece e os três saem do quarto, silenciosamente. Do lado de fora, Tom agradece a Jerry pela ajuda, porém, imediatamente ambos empunham as espadas e iniciam um duelo, restabelecendo a temática principal, qual seja a da eterna inimizade entre gato e rato.

A REPRESENTAÇÃO GRÁFICA – IMPORTÂNCIA PARA A CRIANÇA:

O desenho é importante para a criança como manifestação do conhecimento sobre si mesma e sobre o universo circundante. Esta modalidade, enquanto forma de conhecimento e intervenção na realidade, tem feito parte da expressão humana ao longo da História, uma forma de acesso ao desconhecido. Assim como em todas as construções humanas, também as atividades plásticas serão movidas por fatores afetivos, ou seja, segundo Piaget (1994), através da leitura simbólica, a cada transformação da natureza física no desenho, corresponde uma transformação conceitual ao nível das hipóteses.

A interpretação do desenho infantil depende de cada faixa etária e suas manifestações correspondentes. A faixa de idade das crianças deste trabalho – 8 a 12 anos – sugere uma rápida socialização e a intuição de valores humanos com extraordinária sensibilidade. Embora ainda não apareçam temas abstratos, há uma tendência de grande parte de sua criação plástica configurar-se em situações sociais e em problemas emocionais coletivos. Além disso, a produção desta idade tende freqüentemente a focalizar a morte, a guerra, as calamidades públicas e os problemas sociais, como a violência e o crime, verificando-se cenas de horror e agressividade transpostos para o desenho, o que se justifica pela necessidade de a criança expressar sua compreensão sobre a temática.

OBJETIVO DA PESQUISA:

Verificar como crianças de 8 a 12 anos raciocinam sobre punições em desenhos animados, na perspectiva de Jean Piaget. Para tal, estruturamos as análises da pesquisa em dois caminhos:

- a) Se ao assistirem ao desenho animado as crianças aceitariam, ou não, a punição expiatória física ou moral representada pelo personagem da história; e qual punição – eleita no grupo – seria mais justa pelo erro cometido.
- b) Como as crianças apresentam seus julgamentos morais sobre os acontecimentos no desenho animado por meio da expressão gráfica.

MÉTODO:

Foi feita uma análise comparativa de conteúdo por meio de uma classificação categorial baseada nos pressupostos piagetianos e análise dos conteúdos simbólicos - representação da figura humana, cores e colocação no espaço da folha - apresentados nos desenhos das crianças.

CATEGORIAS:

Classificamos as respostas das crianças em quatro categorias. O critério de agrupamento foi fundamentado em pesquisa sobre punições de Carramillo-Going (2000). Decidimos por graduar quatro níveis de punições, num continuum que vai da mais severa até sanções morais com consciência abstrata, segundo Piaget (1996). Assim:

I. Tortura e morte.

II. Tortura.

III. Prisão ou privação material.

IV. Sanções morais com consciência abstrata

PROCEDIMENTO:

O trabalho foi feito com 97 crianças da 3ª Série do Ensino Fundamental, entre 8 e 11 anos de idade, de uma escola da rede de ensino municipal da cidade do Guarujá/SP. Após a apresentação do desenho – mencionado anteriormente - as crianças respondiam individualmente a três questões abertas. Na primeira questão, pôde ser investigada a opinião da criança sobre a punição dada pelo rei ao Tom; na segunda questão, a punição que a criança daria ao erro de Tom. Importante ressaltar aqui, que após este momento, foi dado um tempo para discussão, em que as crianças liam cada qual as punições atribuídas na segunda questão e elegiam a punição mais justa para o caso – como numa assembléia de classe. Finalmente, após a discussão entre todo o grupo, a criança retornava, individualmente, para o questionário, escrevendo a punição que considerava mais justa. Após estas etapas, a criança, também individualmente, representava graficamente a punição eleita.

ANÁLISE DOS RESULTADOS EM CATEGORIAS:

Era muito comum, dentro das leis da monarquia absolutista – época em que é ambientada a história - que as pessoas declaradas criminosas perante o Estado tivessem sua cabeça degolada pela guilhotina, simbolizando a opressão e crueldade da pequena elite dominante sobre o povo. No episódio assistido pelas crianças, o rei faz menção a isto ameaçando Tom – “*Sua cabeça vai cair!*” - caso ele não cumprisse com sua função. A investigação utilizando este episódio foi relevante, pois permitiu-nos constatar a projeção das crianças para o tempo em que se passava a história, período onde o tratamento ao descumprimento de normas era diferente do tempo atual, obrigando-as a adaptar suas identificações a um plano mais primitivo no momento de elaboração das punições. Os resultados foram os seguintes:

Primeira questão	Objetivo	Resultado	Categoria	Exemplo
O que você achou da punição prometida pelo rei?	Verificar o julgamento das crianças sobre a maneira coercitiva e expiatória do rei punir, cortando a cabeça do Tom caso fosse acordado.	59% concordaram com a punição de morte - cortar a cabeça do Tom caso o sono do rei fosse interrompido.	Categoria 1 Tortura e morte.	"Acho que está certo cortar o pescoço dele porque ele não cuidou dos ratos". (Fran - 9 anos).
		0 %	Categoria 2 Tortura	
		5,5% acreditaram que ele deveria ser punido com a perda do emprego.	Categoria 3 Prisão ou privação matéria	"Eu despediria e não mataria porque é feio" (Ser - 10 anos).
		30% das crianças acreditaram que Tom deveria ter nova chance, pois morrer é uma punição muito cruel.	Categoria 4 Sanções morais com consciência abstrata	"Eu não concordo porque a punição está sendo muito severa, se fosse assim todos que se distraíssem e deixassem o inimigo entrar estariam despedidos ou com a cabeça cortada!" (Pat - 12 anos).

Observação: Houve um total de 4,5% que não responderam.

Constatamos que a maioria concordou com a postura absolutista do monarca e optaram por punições expiatórias de morte, contrastando com as punições que levavam em consideração a intencionalidade do Tom em proteger o rei. Contudo, não encontramos nenhuma atribuição de responsabilidade ou culpa das intromissões do Jerry.

Segunda questão	Objetivo	Resultado	Categoria	Exemplo
Qual punição que você daria para o Tom? Por quê?	Solicitar o julgamento da criança para que esta desse uma punição.	20%	Categoria 1 Tortura e morte	"Eu mataria o gato porque ele não cuidou do meu sono." (Joc - 9 anos).
		40%	Categoria 2 Tortura	"Eu esmurrava o Tom porque ele não teve respeito comigo era para ele vigiar o palácio todo não só a sala" (Jac - 9 anos).
		28%	Categoria 3 Prisão ou privação material	"Eu mandava ele ir para rua porque não cuidou de mim" (Do - 10 anos).
		8%	Categoria 4 Sanções morais com consciência abstrata	"Se eu fosse o rei eu dava mais uma chance para ele ter tempo para pegar os ratos" (Ad - 10 anos).

Observação: Não responderam 3% do total.

Quando solicitamos o julgamento pela própria criança, verificamos sanções muito mais severas. Das respostas obtidas, a maioria envolvia ações com tortura ou morte e prisão ou privação material contrastando com apenas uma minoria em que se considera a análise da situação, isto é, em que se procura ver o personagem Tom como alguém que está sendo enganado e merece nova chance.

Terceira questão	Objetivo	Resultado	Categoria	Exemplo
Qual a melhor punição a ser dada? Por quê?		10%.	Categoria 1 Tortura e morte	"Eu cortaria a cabeça dele porque ele não cuidava do castelo".(Walb - 9 anos).
		57%	Categoria 2 Tortura	"Ficar sem comer por um mês porque ele não cumpriu com o seu dever". (Den - 9 anos).
		6%	Categoria 3 Prisão ou privação material	"Colocava para fora do castelo porque não fez nada."(CH - 10 anos).
		26%	Categoria 4 Sanções morais com consciência abstrata	"Se eu fosse o rei eu dava mais uma chance para ele ter tempo para pegar os ratos" (Ad - 10 anos).

Observação: Não responderam 1%.

Na última questão as crianças tiveram oportunidade de ouvir as respostas dos demais colegas e depois de discutirem e elegerem a mais justa constatamos que a opção por punições coercitivas com apropriação do corpo aumenta de 59% na primeira enquete para 67% após a discussão em grupo (categorias 1 e 2) – terceira enquete - demonstrando que a maioria acredita que para se estabelecer a ordem a punição deve ser severa. Apesar de termos idades diferentes no grupo, observamos que a discussão não levou a descentração das respostas iniciais dos que optaram por julgamentos severos; ao contrário, alguns que apresentaram juízos baseados na privação material alteraram suas respostas para opções expiatórias. Os que inicialmente optaram por consciência abstrata, permaneceram com o mesmo julgamento, na grande maioria.

8. Representações Gráficas

Os desenhos das crianças apresentam bem marcadamente uma separação entre a parte superior e inferior da folha, e entre o lado esquerdo e o lado direito – 56,5% dos desenhos, de um total de 97. Segundo a interpretação do teste de Arthus, mencionado por Augras (1980), o espaço da folha é a área projetiva e, dependendo do lugar onde o tema central do desenho aparece, podemos evidenciar uma ambivalência entre a intelectualidade – parte superior – e a materialidade – parte inferior. Os desenhos, ao mesmo tempo em que projetam impulsos primitivos do desenhista, apontam fortes traços de reflexão consciente.

Outra característica levada em conta é a cor, que no desenho infantil representa a expressão de emoção, isto é, a forma como a criança projeta seus sentimentos associados à história: cores fortes ou cores claras, marcadas ou bem delimitadas ou, ainda, misturadas. Dos 97 desenhos avaliados, 52,5% crianças não colorem seus desenhos ou colorem muito pouco, apesar de ter sido dado lápis de cor e o próprio cartoon assistido ser bastante colorido.

A hipótese de controle de emoções devido à ausência de cores pode estar associada à representação do esquema corporal, que aparece nos desenhos dos personagens. Podemos dizer que as crianças apresentam elaboração razoável de uma estruturação da composição do corpo. No início da adolescência, supõe-se que as crianças já tenham uma maneira esquematizada de desenhar a figura humana, o que aparece quase que automaticamente, segundo Cox (2001), porém os desenhos ficam ainda longe de um senso estético. Ainda segundo a autora, a criança na faixa de idade entre 9 e 12 anos já estaria apta a desenhar inter-relacionamentos das partes do corpo, pois estaria, agora, mais interessada em apresentar a figura humana participando de alguma atividade ou, ainda, buscando um maior realismo, o que pressupõe abandonar o estilo segmentado. Isto, porém, não aparece nos desenhos pesquisados, pois as crianças apresentam desenhos muito imaturos ou ingênuos, isto é, não são desenhadas as cenas das punições propriamente, mas os personagens lado a lado com algo que sugere a punição.

Verificou-se também que as expressões faciais são alegres, os personagens aparecem como animais - mesmo que no cartoon apareçam trajados de Mosqueteiros -, não se destacam detalhes e algumas crianças – 27,8% de um total de 97 – desenharam o boneco palito para as representações. Um número razoável de crianças

também – 45,3% de um total de 97 – desenharam os personagens com corpo humano e cabeça de animal. Isto vem reforçar a hipótese de imaturidade, já que as crianças nesta idade deveriam se esforçar para desenhar mais detalhes ou demonstrar possuir um maior repertório de expressões faciais, numa variedade de posições e situações, segundo Cox (2001).

Nestas análises podemos enfatizar que a projeção simbólica do desenho em si estabelece uma outra via de representação. Embora as crianças falem de forma cruel e tomem decisões mais agressivas, a expressão dos sentimentos projetada nos desenhos, aparece de forma mais suavizada ou infantilizada, principalmente se levarmos em consideração a representação da figura humana. O desenho corresponde a uma carga afetiva muito intensa em relação à formação da identidade da criança e isto fica evidenciado quando ela tem que projetar personagens, que no desenho são aspectos dela própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Na sociedade, de maneira geral, a perspectiva do outro vincula o sentido de envolvimento social para o estabelecimento de uma melhor qualidade de vida humana. Isso irá implicar valores universais como democracia social e participativa, garantia de respeito dos direitos humanos e proteção contra a violência. Numa diretriz altruísta e idealista - em que uma certa mobilização em direção à construção coletiva e social que valoriza o respeito às diferenças e busque a integração nas relações de convívio - podemos supor a criação de um espaço para um sentido mais global e integrado de nossa própria humanidade.

Esta busca, contudo, é difícil e exige disponibilidade afetiva e moral, pois presenciamos dramaticamente situações de marginalização e preconceito, em que todo o tipo de violência acontece em excesso, sem escrúpulos ou pudores, num abandono ao cuidado pela vida. Além disso, com este trabalho – embora seja uma pequena amostragem - constatamos que a criança, cercada por tal contexto violento, observa que a vingança popular está muito mais voltada às punições arbitrarias, o que a faz construir julgamentos morais ligados à severidade da sanção, ao invés de apresentar um pensamento baseado nas relações de reciprocidade e equidade, em que se analisa a intencionalidade de quem comete erros.

De acordo com o enfoque teórico dado ao trabalho, há na criança uma etapa de evolução moral heterônoma inerente ao ser

humano, que se estabelece a partir de suas estruturas mentais. As relações com o poder, bem como os deveres e valores sociais, são conseqüências do respeito unilateral, crendo em regras inquestionáveis que devem ser cumpridas à risca. No entanto, para que a criança possa superar esta fase e construir a autonomia, o meio é fundamental, na promoção de contextos que conduzam ao estabelecimento de relações cooperativas que suplantem as coercitivas.

A utilização da técnica – desenho animado – não pretende mostrar que a televisão gera agressividade, mas sim possibilitar o raciocínio por meio das relações coercitivas e cooperativas. Os resultados obtidos não são satisfatórios do ponto de vista moral, pois as crianças concordam com as punições expiatórias estabelecidas pelo cartoon, não demonstrando tendência a superá-las. Todavia, do ponto de vista simbólico projetivo, os desenhos feitos pelas crianças não foram cruéis ou apresentaram cenas de violência, ao contrário, evidenciaram certa imaturidade no que se refere às representações da figura humana, já que esta compõe a projeção simbólica afetiva mais diretamente.

As crianças pesquisadas estão na faixa etária em que a transição da heteronomia para a autonomia moral deverá ocorrer e, com os resultados obtidos, emerge uma questão: Será também, entre outras instituições sociais, função da escola promover possibilidades para que estas construções possam ser alcançadas?

NOTAS

¹ PACHECO, Elza Dias. “O pica-pau: herói ou vilão?”. S. Paulo, 1985, Edições Loyola.

² Para a pesquisa foram selecionados, apresentados para as crianças, e coletados os dados de três episódios da série Tom e Jerry (Uma sonca real, Negócio de amigos e Shutter bugged cat), contudo para este artigo optamos pela análise do primeiro episódio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, J. G. *Diferenças e Preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

_____. *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial, 1996.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BEE, Helen. *A criança em desenvolvimento*. 3.ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil Ltda., 1984.

BRASIL. Coordenação da Secretaria de ensino Fundamental. Ministério da educação e do Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1997, 1ª a 4ª séries/ Documento Introdutório/ Ética.

CARRAMILLO-GOING, L. *Um estudo piagetiano em crianças de 9 a 14 anos sobre punição nos Contos das Mil e Uma Noites*. Tese de doutorado. S. Paulo, IPUSP, 2000.

COMTE-SPONVILLE, A. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

COX, M. *Desenho da Criança*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France 1970 – 1982*. Daher, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1997.

KOHLBERG, L. *Essays on moral development*. San Francisco: Harper & Row, 1981.

LA TAILLE, Yves de. *Limites: três dimensões educacionais*. São Paulo: Ática, 1996.

LEITE, L B. (org.). *Piaget e a Escola de Genebra*. São Paulo: Cortez, 1987.

MACEDO, L. (org.) *Cinco estudos de Educação Moral*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

PERISTIANY, J. G. *Honra e Vergonha*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1965.

PIAGET, J. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1994.

_____. *A construção do real na criança*. São Paulo: Ática, 1996.

PUIG, J. M. *Ética e valores: métodos para um ensino transversal*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SOIFER, R. *A criança e a TV*. Porto Alegre: Artes Médica, 1992.

TARDELI, D. D. *O respeito na sala de aula: um estudo desse tema sob a ótica do professor de Ensino médio*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEUSP, 1999.

VYGOTSKY, L. *A formação social da mente*. São Paulo, Martins Fontes, 1984.